

Sete Brasil Participações S.A.
Controladora e consolidado

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e

relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Sete Brasil Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sete Brasil Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

PricewaterhouseCoopers, Av. José Silva de Azevedo Neto 200, 1º e 2º, Torre Evolution IV, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22775-056
T: (21) 3232-6112, F: (21) 3232-6113, www.pwc.com/br

PricewaterhouseCoopers, Rua da Candelária 65, 20º, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 20091-020, Caixa Postal 949,
T: (21) 3232-6112, F: (21) 2516-6319, www.pwc.com/br



Sete Brasil Participações S.A.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 15.583 milhões, os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos em janeiro de 2015 e não liquidados no montante de R\$ 664 milhões. Essa situação denota uma incerteza material que suscita dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração para captar recursos de longo prazo estão descritos na Nota 1. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Chamamos ainda a atenção para a Nota 21 (a) que descreve os reflexos da investigação da denominada "Operação Lava Jato" na Companhia. Nossa opinião também não está modificada em função deste assunto.



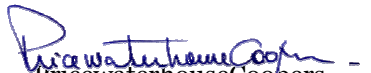
Sete Brasil Participações S.A.

Outros assuntos

**Informação suplementar -
Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Sete Brasil Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.642	197.548	412.416	1.002.476	Fornecedores e outras contas a pagar	13	8.608	7.376	2.418.425	1.516.756
Fundos restritos	7	-	476.004	4.172	476.004	Empréstimos e financiamentos	15	0	-	11.201.552	8.478.432
Tributos a recuperar		21.425	8.790	21.507	8.865	Debêntures	15	2.376.130	-	2.376.130	-
Adiantamentos diversos		594	572	594	572	Obrigações trabalhistas e sociais	14	25.209	19.002	25.209	19.002
						Obrigações fiscais		481	420	504	420
		<u>73.661</u>	<u>682.914</u>	<u>438.689</u>	<u>1.487.917</u>			<u>2.410.428</u>	<u>26.798</u>	<u>16.021.820</u>	<u>10.014.610</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Fornecedores e outras a pagar	13	-	-	181.544	381.443
Despesas antecipadas	8	9.040	15.268	313.773	215.225	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	295.221
Partes relacionadas	19(c.ii;d)	1.579.012	1.446.624	7.689	4.874	Debêntures	15	-	2.050.519	-	2.050.519
Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN	9	-	-	55.893	41.384						
		<u>1.588.052</u>	<u>1.461.892</u>	<u>377.355</u>	<u>261.483</u>			<u>-</u>	<u>2.050.519</u>	<u>181.544</u>	<u>2.727.183</u>
Investimentos	10	8.397.331	2.665.037	-	-	Total do passivo		<u>2.410.428</u>	<u>2.077.317</u>	<u>16.203.364</u>	<u>12.741.793</u>
Imobilizado	12	6.191	7.888	23.330.582	13.952.276	Patrimônio líquido					
Intangível	11	4.213	4.897	4.213	4.897	Atribuído aos acionistas da controladora					
		<u>9.995.787</u>	<u>4.139.714</u>	<u>23.712.150</u>	<u>14.218.656</u>	Capital social	16(a)	6.368.500	2.529.500	6.368.500	2.529.500
						Gastos com emissões de ações	16(a)	(56.994)	(50.766)	(56.994)	(50.766)
						Reservas de lucros	16(b)	930.359	109.742	930.359	109.742
						Ajuste de avaliação patrimonial		417.155	156.836	417.155	156.836
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		<u>7.659.020</u>	<u>2.745.311</u>	<u>7.659.020</u>	<u>2.745.311</u>
						Participação acionistas não controladores				<u>288.455</u>	<u>219.469</u>
						Total patrimônio líquido		<u>7.659.020</u>	<u>2.745.311</u>	<u>7.947.475</u>	<u>2.964.780</u>
Total do ativo		<u>10.069.448</u>	<u>4.822.628</u>	<u>24.150.839</u>	<u>15.706.573</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>10.069.448</u>	<u>4.822.628</u>	<u>24.150.839</u>	<u>15.706.573</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Despesas administrativas	17	(127.402)	(84.861)	(144.515)	(97.461)
Participação nos resultados de controladas	10	802.409	191.408	-	-
Outras despesas operacionais		<u>(1.833)</u>	<u>(2.619)</u>	<u>(3.211)</u>	<u>(6.689)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		<u>673.174</u>	<u>103.928</u>	<u>(147.726)</u>	<u>(104.150)</u>
Receitas financeiras	18	164.498	93.183	34.554	39.677
Despesas financeiras	18	(17.057)	(2.688)	(33.930)	(39.251)
Variações cambiais e monetárias	18	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>866.319</u>	<u>262.676</u>
Resultado financeiro líquido		<u>147.443</u>	<u>90.497</u>	<u>866.943</u>	<u>263.102</u>
Lucro do exercício		<u>820.617</u>	<u>194.425</u>	<u>719.217</u>	<u>158.952</u>
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				820.617	194.425
Participação dos não controladores				<u>(101.400)</u>	<u>(35.473)</u>
				719.217	158.952
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)				820.617	194.425
Lucro básico e diluído por ação (Nota 16 f)				<u>0,17</u>	<u>0,08</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado do período	820.617	194.425	719.217	158.952
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	256.694	151.550	308.024	182.020
Ganho em ativos disponíveis para venda	4.059	(7.259)	4.830	(8.607)
Ajustes de avaliação patrimonial	(434)	18.154	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>1.080.936</u>	<u>356.870</u>	<u>1.032.071</u>	<u>332.365</u>
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			1.080.935	356.870
Participação dos não controladores			(48.864)	(24.505)
			<u>1.032.071</u>	<u>332.365</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da Controladora					Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial			Total
Em 01 de janeiro de 2013	2.021.000	(41.105)		(84.684)	(4.369)	1.890.842	162.152	2.052.994
Total do resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício				194.425		194.425	(35.473)	158.952
Variação cambial de investidas localizadas no exterior					151.550	151.550	30.470	182.020
Perda em ativos disponíveis para venda					(7.259)	(7.259)	(1.348)	(8.607)
Ajustes de avaliação patrimonial					18.154	18.154	(18.154)	
Total do resultado abrangente do exercício				194.425	162.445	356.870	(24.505)	332.365
Contribuições de acionistas								
Integralização de capital	508.500					508.500	80.583	589.083
Custos com emissões de ações		(9.661)				(9.661)		(9.661)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Transferência para reserva de lucros			109.742	(109.742)				
Total de contribuições de acionistas e distribuições	508.500	(9.661)	109.742	-		498.839	80.583	579.422
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda de controle								
Venda de participação societária					(1.239)	(1.239)	1.239	
Total de transações com acionistas					(1.239)	(1.239)	1.239	
Em 31 de dezembro de 2013	2.529.500	(50.766)	109.742	-	156.835	2.745.311	219.469	2.964.780
Em 01 de janeiro de 2014	2.529.500	(50.766)	109.742	-	156.835	2.745.311	219.469	2.964.780
Total do resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício				820.617		820.617	(101.400)	719.218
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)					256.694	256.694	51.330	308.024
Ganho em ativos mantidos para venda					4.059	4.059	771	4.830
Ajustes de avaliação patrimonial					(434)	(434)	434	-
Total do resultado abrangente do exercício				820.617	260.319	1.080.936	(48.865)	1.032.072
Contribuições de acionistas	3.839.000					3.839.000	117.851	3.956.851
Integralização de capital (Nota 16(a))								
Subscrição de capital (Nota 16(a))	1.883.000					1.883.000		1.883.000
Capital a integralizar (Nota 16(a))	(1.883.000)					(1.883.000)		(1.883.000)
Custo com emissões de ações (Nota 16(a))		(6.228)	-			(6.228)	-	(6.228)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Transferência para reserva de lucros (Nota 16(b))			820.617	(820.617)				
Total de contribuições de acionistas	3.839.000	(6.228)	820.617	-	-	3.832.772	117.851	3.950.623
Em 31 de dezembro de 2014	6.368.500	(56.994)	930.359	-	417.155	7.659.020	288.455	7.947.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período	820.617	194.425	719.218	158.952
Ajustes de				
Depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	4.098	2.996	4.098	2.996
Resultado de participação societária (Nota 10)	(802.409)	(191.408)	-	-
Juros de empréstimos (Nota 18)	(132.388)	(59.124)	-	-
Variação cambial e monetária, líquida (Nota 18)	(2)	-	(866.319)	(262.676)
	(110.084)	(53.111)	(143.004)	(100.728)
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em tributos a recuperar	(2.460)	(7.048)	(12.642)	(6.957)
Aumento em adiantamentos diversos	(23)	216	(23)	216
Aumento em despesas antecipadas	-	(1.651)	(104.775)	(132.948)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	1.107	(558)	50.952	53.772
Aumento (redução) em obrigações fiscais	61	(91)	83	(12.965)
Aumento em obrigações trabalhistas e sociais	6.207	8.711	6.207	8.711
Aumento (redução) em outros passivos	128	(1)	129	(1)
Juros de empréstimos pagos			(308.858)	(175.676)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(105.064)	(53.533)	(511.931)	(366.576)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(349)	(3.423)	(5.434.120)	(6.546.400)
Aquisição de ativo intangível	(1.367)	(1.554)	(1.367)	(1.554)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	475.858	(433.573)	471.686	(137.482)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 19 (d))	-	(1.387.500)	(2.815)	20.469
Investimentos noFGCN	-	-	(9.679)	(45.442)
Aporte de capital em subsidiárias	(4.353.983)	(353.263)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(2.720.615)	(2.179.313)	(4.976.295)	(6.710.409)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	(1)	1.833.943	3.023.921	7.249.919
Pagamento de empréstimos	-	-	(1.848.101)	(394.943)
Aumento de capital acionistas controladores	3.839.000	508.500	3.839.000	508.500
Aumento de capital acionistas não controladores	-	-	117.851	80.583
Custo para emissão de capital	-	-	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	3.838.999	2.342.443	5.132.671	7.444.059
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(145.906)	109.597	(355.555)	367.074
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	197.548	87.951	1.002.476	566.910
Efeito das variações de taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	-	-	(234.505)	68.492
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	51.642	197.548	412.416	1.002.476

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.732)	(29.453)	(50.845)	(42.051)
Perda/recuperação de valores ativos	-	(38)	-	(38)
Outras despesas	(1.833)	(2.580)	(3.211)	(6.651)
Valor adicionado bruto	(35.565)	(32.071)	(54.056)	(48.740)
Depreciação e amortização	(4.116)	(2.996)	(4.116)	(2.996)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(39.681)	(35.067)	(58.172)	(51.736)
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	164.498	93.183	34.554	39.677
Participação nos resultados das controladas	802.409	191.408	-	-
Valor adicionado total a distribuir	927.226	249.524	(23.618)	(12.059)
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(69.118)	(31.491)	(69.118)	(31.491)
Honorários de diretoria	(6.656)	(10.639)	(6.656)	(10.639)
Impostos, taxas e contribuições federais	(9.763)	(6.024)	(9.763)	(6.024)
Juros e variações cambiais	(17.054)	(2.686)	832.390	223.425
Aluguéis	(4.018)	(4.259)	(4.018)	(4.259)
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(820.617)	(194.425)	(719.217)	(158.952)
Valor adicionado distribuído	(927.226)	(249.524)	23.618	12.059

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Sete Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "Sete Brasil") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 22 de dezembro de 2010 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente "o Grupo") foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas.

O objetivo da Companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Os acionistas da Companhia são: a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que detém 5% de participação, e o Fundo de Investimento em Participações Sondas - FIP Sondas, que detém 95% de participação. O FIP Sondas possui como quotistas os fundos de pensão Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Funcef - Fundação dos Economistas Federais e Valia - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, os bancos BTG Pactual S.A. e Santander - Banco Santander S.A., Strong Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, representado por meio de seu gestor o Banco Bradesco BBI S.A., o fundo de equity privado americano EIG e a empresa de investimentos brasileira Luce Venture Capital, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, além da própria Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 15.583 milhões, os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos e não liquidados no montante de R\$ 664 milhões. De acordo com o Plano de Negócios da Companhia, as obrigações de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2014, relacionadas às dívidas com os estaleiros e os financiamentos de curto prazo, serão liquidadas através da captação de recursos de curto e longo prazo ora em negociação com diversas instituições financeiras, entre elas bancos comerciais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM). A conclusão dessas negociações depende do cumprimento de determinadas condições precedentes, o que indica a existência de uma incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia.

A administração considera apropriado a preparação dessas demonstrações financeiras anuais com base no pressuposto de continuidade operacional. A evolução e finalização das operações de longo prazo para financiamento do projeto depende da conclusão de uma reavaliação da estratégia e engenharia financeira para o projeto, dadas as condições atuais de mercado, que estão acontecendo entre a Administração da Companhia, seus acionistas e principais credores.

Dentre as opções avaliadas pela Companhia durante 2014, foi analisada a possibilidade de emissão de debêntures conversíveis em ações, originalmente aprovadas pela diretoria do BNDESPAR em junho de 2013. Entretanto, no contexto da reestruturação das operações de longo prazo mencionadas acima, foi verificada ao longo de 2014 a impossibilidade de cumprimento de determinadas condições precedentes à contratação das debêntures conversíveis.

Em linha com o novo plano de financiamento ora em estruturação, a Companhia negociou junto aos credores a extensão do prazo das linhas de curto prazo (*bridge loans*) vincendas até a data da publicação destas demonstrações financeiras, exceto pelo Empréstimo Ponte 5 junto ao Standard Chartered no montante de R\$ 664 milhões que emitiu notificação de "default" contra a Companhia (Nota 21).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os planos da administração para captar recursos de longo prazo estão descritos conforme segue:

- A Companhia está reavaliando, em conjunto com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, alternativas de estruturação financeira para a viabilização do financiamento de longo prazo, no volume inicial de aproximadamente US\$ 3,7 bilhões, que atendam aos interesses tanto dos credores como de seus acionistas, considerando as atuais condições de mercado. A Administração da Companhia, seus acionistas e principais credores tem a expectativa de concluir a estruturação do novo modelo de financiamento até abril de 2015;
- A Companhia obteve priorização junto ao Fundo de Marinha Mercante - FMM para captação de financiamento de longo prazo de até R\$ 10,3 bilhões. Em virtude das renegociações das linhas de financiamento de longo prazo, a Companhia solicitou a prorrogação por mais 120 dias para atendimento das condições precedentes para assinatura do contrato e para posterior desembolso dos recursos. Tal solicitação deverá ser deliberada pelo Conselho Diretor do Fundo em 10 de abril de 2015.
- Adicionalmente às linhas em negociação acima, a Companhia possui condições contratuais firmadas para a contratação de uma linha de longo prazo de US\$ 1,7 bilhão junto ao Fundo de Investimento em Infraestrutura - FINISA, administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta linha encontra-se em avançadas negociações para atendimento as condições precedentes a assinatura do contrato com previsão para conclusão em abril de 2015;

Além disso, a Companhia dispõe de capital comprometido por seus acionistas correspondente de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração do valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 21) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e de divulgação

Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para o Grupo.

(i) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

(ii) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

(vii) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 podem ser adotadas antecipadamente, mesmo no Brasil, o que poderia permitir afirmar que as demonstrações financeiras individuais estão também de acordo com o IFRS.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação em 1º de janeiro de 2014

- *Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting* - Em junho de 2013, o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, que, dentre outros itens, compreende que um *hedge accounting* não cessa quando um derivativo instrumento de *hedge accounting*, por determinação legal ou de regulamento específico, se encerra e é renovado por um novo derivativo. Este pronunciamento não produz efeito nestas demonstrações contábeis.
- *IFRIC 21 Levies* - Em maio de 2013, o IASB emitiu uma nova interpretação que trata do reconhecimento de obrigações impostas por agentes governamentais. Este pronunciamento não produz efeito nestas demonstrações contábeis.
- *Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets* - Em maio de 2013, o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 36 - *Impairment of Assets*, que melhor detalha as intenções do comitê sobre os aspectos de divulgação do *impairment* de ativos não financeiros. Este pronunciamento não produz efeitos nestas demonstrações contábeis.

Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação após 1º de janeiro de 2014

- *IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts* - Em janeiro de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* que permite que a empresa que adota o IFRS pela primeira vez, dentro do escopo do pronunciamento, a continuar contabilizando o diferimento de saldos regulatórios na primeira demonstração contábil em IFRS de acordo com a prática contábil anterior. Este pronunciamento se tornará efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016 e a companhia não terá efeitos em suas Demonstrações Contábeis.
- *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* - Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 – *Revenue from contracts with customers* que incrementa a divulgação de aspectos do reconhecimento de receitas de modo a melhorar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras globalmente, já que requer que, tanto as empresas que adotam o IFRS, quanto o USGAAP, adotem o pronunciamento, que se tornará efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017. A companhia não terá efeitos em suas Demonstrações Contábeis.
- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros* - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na, adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

O tomador de decisões da Companhia é o Conselho de Administração, que analisa informações analíticas das sondas que estão sendo construídas pelo Grupo e delibera sobre a alocação de recursos. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico e investimento de recursos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão por sonda que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar um conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade, sendo as informações apresentadas ao Conselho de Administração de forma analítica por sonda e também consolidada como um único segmento operacional.

Conforme descrito na Nota de informações Gerais (Nota 1), a Companhia possui como atividade preponderante a gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variações cambiais e monetárias, líquidas".

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i)** Os ativos e passivos de cada conta do balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii)** As receitas e despesas de cada conta da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- (iii)** O capital social é convertido pelas taxas de câmbio históricas; e
- (iv)** Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, sem que haja a perda do controle, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente como parte do ganho ou perda líquido na venda.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, seus resgates podem ser feitos a qualquer momento, sem risco de perda dos rendimentos e os recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros como: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber com partes relacionadas".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda do Grupo compreendem os investimentos em cotas do Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas / Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantir ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.7 Ativos intangíveis

(a) Licenças de construção de sondas

As licenças adquiridas são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. Posteriormente, estas licenças são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada de quatro anos, a partir do início da construção das sondas.

(b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo contratual do aluguel dos imóveis a que se referem, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	5
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros (média)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Receitas / Despesas financeiras" na demonstração do resultado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC).

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado. Para a solução dessa obrigação é necessário que seja provável uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento do imposto diferido é efetuado usando-se o método do passivo, baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Uma vez que a Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional, não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias.

2.14 Benefícios a empregados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus de performance com base em metodologia que leva em conta o atingimento das metas de acordo com as diretrizes dos acionistas da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados diretamente como dedução do patrimônio. Tais custos são apropriados no patrimônio líquido proporcionalmente ao volume aportado e enquanto não captado, são mantidos na rubrica de despesas antecipadas (Nota 17(a)).

2.16 Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um recebível, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao recebível, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do recebível.

(b) Receita de equivalência patrimonial - Controladora

A receita de equivalência patrimonial refere-se ao reconhecimento, no resultado da Companhia, da proporção correspondente à sua participação nos resultados da investida.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Arrendamentos

Como mencionado na Nota 1, o Grupo foi criado com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. Estes ativos serão utilizados para prestação de serviços de perfuração em águas ultraprofundas com base em contratos de arrendamento de longo prazo com clientes do Grupo.

Os arrendamentos nos quais o Grupo detém uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos operacionais.

Os recebimentos efetuados por conta de arrendamentos operacionais serão reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 – "Receitas de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substituiu a IAS11 – "Contratos de Construção", IAS28 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais ainda não é possível determinar se existirão resultados tributáveis futuros em volume suficiente para compensar tais créditos. Em 31 de dezembro de 2014, estes créditos de imposto de renda provisionados montam a R\$ 590.106 (R\$ 306.698 em 31 de dezembro de 2013).

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP 627 na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia analisou os possíveis efeitos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resulta em ajustes relevantes nas informações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014. A Administração optou pela não antecipação prevista na referida legislação, informando seu posicionamento na DCTF de dezembro de 2014.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

O Grupo classifica os contratos de afretamento como arrendamentos operacionais, uma vez que a maior parcela dos riscos e benefícios de propriedade continua com o Grupo durante o período dos contratos. Desta forma, os ativos são apresentados no balanço no grupo Ativo Imobilizado e a receita futura decorrente do afretamento destes ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Receita de Serviços Prestados, ao longo do prazo de duração dos contratos. A correspondente depreciação dos ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Custos dos Serviços Prestados, com bases em taxas que levem em consideração a vida útil econômica dos ativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

(i) Risco cambial

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, aos investimentos líquidos em controladas no exterior e aos financiamentos contratados denominados em dólar.

Devido ao estágio pré-operacional da Companhia, esse risco é atualmente considerado como moderado (ver análise de sensibilidade). Não foram contratados instrumentos financeiros de proteção.

(b) Risco de liquidez

A Sete Brasil e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e títulos e valores mobiliários suficientes para manter a capacidade de liquidar suas obrigações.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Sete Brasil e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Sete Brasil considera informações contidas nas demonstrações financeiras, índices de solvência, informações atualizadas de mercado e *ratings* fornecidos pelas principais agências de risco (Moody's, S&P e Fitch) para a análise de crédito das contrapartes financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos empréstimos e financiamentos obtidos pelo grupo quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, foi analisada pelo grupo e considerada como baixa (ver análise de sensibilidade). Não foram contratados instrumentos de proteção para cobrir esse risco.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes aos quais os empréstimos e financiamentos do Grupo estão expostos no final do período. As variáveis de riscos relevantes no período, levando em consideração o prazo projetado de três meses para essa avaliação, são sua exposição à flutuação do dólar norte-americano e sua exposição à flutuação nas taxas de juros LIBOR 1 mês, LIBOR 2 meses, LIBOR 3 meses, LIBOR 12 meses e ao índice de inflação IPCA. A administração entende que o cenário provável para a cotação do dólar norte-americano e para a inflação IPCA seguirá a expectativa de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil em 06 de fevereiro de 2015. Já para as cotações da LIBOR 1, 2, 3 e 12 meses foi considerado um aumento de 1% em relação ao fechamento de 31 de dezembro de 2014. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Saldos patrimoniais</u>				<u>Risco</u>	<u>Cenários</u>				
	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>		<u>Provável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Nocional</u>	<u>Nocional</u>						
Empréstimos										
IPCA	2.376.130	2.050.519	1.850.000	1.850.000	Alta do IPCA ¹	(66.874)	(74.638)	(82.306)	74.638	82.306
LIBOR 1 mês	663.713		664.050		Alta da LIBOR 1 mês ²	(2.391)	(2.408)	(2.425)	2.408	2.425
LIBOR 2 meses	4.179.067		4.165.476		Alta da LIBOR 2 meses ³	(13.522)	(13.686)	(13.848)	13.686	13.848
LIBOR 3 meses	1.687.264	5.869.600	1.688.364	5.722.319	Alta da LIBOR 3 meses ⁴	(16.490)	(16.763)	(17.035)	16.763	17.035
LIBOR 12 meses	3.607.070	2.904.053	3.394.766	2.928.250	Alta da LIBOR 12 meses ⁵	(30.178)	(31.226)	(32.280)	31.226	32.280
	<u>12.513.244</u>	<u>10.824.172</u>	<u>11.762.656</u>	<u>10.500.569</u>		<u>(129.455)</u>	<u>(138.721)</u>	<u>(147.894)</u>	<u>138.721</u>	<u>147.894</u>
Empréstimos										
Em US\$	<u>11.198.572</u>	<u>8.773.653</u>	<u>10.960.660</u>	<u>8.650.569</u>	Alta do US\$	<u>(14.179)</u>	<u>(2.495.893)</u>	<u>(4.977.601)</u>	<u>2.495.893</u>	<u>4.977.601</u>
As taxas de juros consideradas foram:	<u>Provável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>							
IPCA ⁽¹⁾	7,22%	9,03%	10,83%							
LIBOR 1 mês ⁽²⁾	0,17322%	0,21652%	0,25982%							
LIBOR 2 meses ⁽³⁾	0,21362%	0,26702%	0,32042%							
LIBOR 3 meses ⁽⁴⁾	0,25816%	0,32270%	0,38723%							
LIBOR 12 meses ⁽⁵⁾	0,63782%	0,79727%	0,95672%							

As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 3 meses do cálculo ou até o vencimento, o que ocorrer primeiro. Nos itens abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (1) Refere-se a variação anual acumulada esperada até 31/03/2015, divulgada pelo Banco Central do Brasil em 06 de fevereiro de 2015.
- (2) Refere-se a taxa LIBOR de 1 mês, divulgada pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.
- (3) Refere-se a taxa LIBOR de 2 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.
- (4) Refere-se a taxa LIBOR de 3 meses, divulgada pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.
- (5) Refere-se a taxa LIBOR de 12 meses, divulgada pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.

Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital de longo prazo prevista para o grupo é de aproximadamente 20% (vinte por cento) de capital próprio e 80% (oitenta por cento) de capital de terceiros. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2014	2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	13.574.702	10.824.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(412.416)	(1.002.476)
Dívida líquida	<u>13.162.286</u>	<u>9.821.696</u>
Total do patrimônio líquido	<u>7.947.475</u>	<u>2.964.780</u>
Total do capital	<u>21.109.761</u>	<u>12.786.476</u>
Índice de alavancagem financeira - %	62	77

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2014.

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimento em cotas do FGCN	55.893			55.893
Total do ativo	<u>55.893</u>			<u>55.893</u>

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2013.

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimento em cotas do FGCN	41.384			41.384
Total do ativo	<u>41.384</u>			<u>41.384</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

5.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Grupo por categoria estão demonstrados conforme segue:

			Consolidado
	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber com partes relacionadas	4.874		4.874
Fundo Garantidor da Construção Naval		41.384	41.384
Fundos restritos	476.004		476.004
Caixa e equivalentes de caixa	1.002.476		1.002.476
	<u>1.483.354</u>	<u>41.384</u>	<u>1.524.738</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2013		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.824.173	10.824.173
Fornecedores e outras contas a pagar	1.917.620	1.917.620
	<u>12.741.793</u>	<u>12.741.793</u>

	Consolidado		
	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2014			
Fundos restritos	4.172		4.172
Fundo Garantidor da Construção Naval		55.893	55.893
Caixa e equivalentes de caixa	412.416		412.416
	<u>416.588</u>	<u>55.893</u>	<u>472.481</u>

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2014		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.574.702	13.574.702
Fornecedores e outras contas a pagar	2.629.592	2.629.592
	<u>16.204.294</u>	<u>16.204.294</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito de contrapartes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo				
AAA (Fitch)	51.642	673.552	416.588	1.478.480
	<u>51.642</u>	<u>673.552</u>	<u>416.588</u>	<u>1.478.480</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Títulos de dívida disponíveis para venda				
brAAA (S&P)	-	-	55.893	41.384
	-	-	55.893	41.384
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 2	1.585.649	1.446.624	7.689	4.874
	<u>1.585.649</u>	<u>1.446.624</u>	<u>63.582</u>	<u>46.258</u>

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Recursos em banco e em caixa	122	-	351.014	14.852
Depósitos bancários de curto prazo	51.520	197.548	61.402	987.624
	<u>51.642</u>	<u>197.548</u>	<u>412.416</u>	<u>1.002.476</u>

Do montante de R\$ 412.416 de caixa e equivalentes de caixa apresentados no consolidado, R\$ 350.037 (R\$ 663.425 em 31 de dezembro de 2013) estão denominados em dólares, R\$ 3.406 (R\$ 1.392 em 31 de dezembro de 2013) em euros e R\$ 58.973 (R\$ 337.659 em 31 de dezembro de 2013) estão denominados em R\$.

Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), que são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor. A remuneração média dos CDBs da Companhia é de 102,64% da variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI.

7 Fundos restritos

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se retidos em atendimento as cláusulas dos contratos de captação. Os recursos aplicados no FI-FGTS oriundos da captação de debêntures (Nota 15), são aplicados em títulos públicos, cuja remuneração é a Selic. O montante total dos fundos restritos em 2013 foi disponibilizado em 20 de janeiro de 2014, respeitando assim as cláusulas da emissão.

A Companhia, através de sua controlada indireta Joatinga, captou em setembro de 2014 recursos de um novo financiamento, o empréstimo ponte 5 (Nota 15) e se comprometeu a manter em fundos restritos os recursos referentes aos juros a serem pagos no vencimento da dívida no montante US\$ 1.571 (equivalente a R\$ 4.172 em 31 de dezembro).

8 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Gastos com emissão de ações (i)	-	6.228	-	6.228
Seguros de risco de construção (ii)	-	-	226.263	179.809
Gastos com captação de dívida	9.040	9.040	85.609	25.859
Seguros de responsabilidade civil	-	-	1.901	3.329
	<u>9.040</u>	<u>15.268</u>	<u>313.773</u>	<u>215.225</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O montante referente ao custo com atração de capital registrado em 31 de dezembro de 2013 foi totalmente transferido para o patrimônio líquido da Companhia em virtude da total integralização do recursos comprometidos no valor de R\$ 1,7 bilhão, no primeiro semestre de 2014.

(ii) Em 2014, as controladas Leblon, Pituba, Itaoca, Curumim e Portugaló contrataram seguros que tem por objetivo cobrir os riscos operacionais na construção de suas respectivas sondas de perfuração. Desta forma o Grupo passa a ter mais cinco unidades asseguradas, além das onze unidades cujo seguro já havia sido contratado até o final de 2013 pelas controladas Arpoador, Guarapari, Urca, Copacabana, Grumari, Frade, Ondina, Cassino, Camburi, Ipanema e Bracuhy, totalizando dezesseis unidades asseguradas.

O montante do prêmio pago totalizou aproximadamente US\$ 134,5 milhões, equivalentes a R\$ 357,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2014. A parcela referente ao período de utilização do seguro, totalizando US\$ 48,6 milhões, equivalentes a R\$ 129,09 milhões, foi capitalizada como parte integrante do custo das sondas.

9 Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN)

O Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN) é um fundo privado, com patrimônio próprio dividido em cotas, responsável pela emissão de garantias para cobrir os riscos de créditos das operações de financiamento vinculados à construção de embarcações no mercado brasileiro, bem como o risco de cumprimento de contratos dos estaleiros brasileiros.

Conforme regulamentação do fundo, os participantes devem adquirir a quantidade de cotas equivalentes a 1% de no máximo 50% do financiamento alvo da garantia através da emissão de carta fiança.

As cotas poderão ser resgatadas após 5 anos de sua compra, desde que atendidas as seguintes condições:

- i) solvência do fundo;
- ii) liquidez dos ativos da carteira; e
- iii) extinção do risco de crédito garantido pelo FGCN.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo detinha o montante de R\$ 55.893 aplicado em cotas do FGCN conforme quadro abaixo:

Controlada	Consolidado	
	2014	2013
Arpoador	4.800	4.236
Boipeba	1.088	960
Botinas	546	492
Bracuhy	907	802
Camburi	1.615	1.435
Cassino	2.412	2.089
Comandatuba	903	423
Copacabana	2.246	1.967
Curumim	1.689	1.452
Frade	1.098	976

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Consolidado	
	2014	2013
Grumari	2.264	1.983
Guarapari	2.864	2.524
Interlagos	980	458
Ipanema	2.184	1.890
Itaoca	1.403	1.231
Itapema	889	411
Itaunas	2.552	1.224
Joatinga	2.581	-
Leblon	2.189	1.894
Leme	2.192	1.896
Mangaratiba	537	483
Marambaia	3.984	1.874
Ondina	3.120	2.748
Pituba	1.080	952
Portogalo	974	863
Sahy	1.418	482
Salinas	1.500	1.292
Siri	1.469	472
Urca	4.409	3.875
	<u>55.893</u>	<u>41.384</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Investimentos

	Controladora
Em 1º de janeiro 2013	1.785.015
Aumento de capital em controladas	353.263
Participação no resultado de controladas	191.408
Venda de participação societária	(1.239)
Ajuste acumulado de conversão	151.550
Perda em ativos mantidos para venda	(7.259)
Ajuste de avaliação patrimonial	18.154
	<u>2.490.892</u>
Encargos financeiros apropriados (*)	<u>174.145</u>
Em 31 de dezembro 2013	2.665.037
Aumento de capital em controladas	4.353.984
Participação no resultado de controladas	802.409
Ajuste acumulado de conversão	256.694
Ganho em ativos mantidos para venda	3.625
	<u>8.081.749</u>
Encargos financeiros apropriados (*)	<u>315.582</u>
Em 31 de dezembro 2014	<u>8.397.331</u>

(*) A Sete Brasil efetuou a captação de recursos financeiros sujeitos a juros (Nota 15), os quais são aplicados nas controladas indiretas para financiamento de seus projetos de construção das sondas. Os encargos financeiros desses recursos captados pela controladora e relacionados com as unidades em construção pelas SPEs, são apresentados nesta rubrica. No balanço patrimonial consolidado, foram reclassificados para a rubrica obras em andamento, no imobilizado, cuja movimentação encontra-se representada na Nota 12.

Durante o exercício de 2014 a Companhia, constituiu cinco novas empresas, controladas integralmente pela Sete Brasil, conforme descrito abaixo:

- Em 3 e 23 de janeiro de 2014, foram constituídas, respectivamente, a Sete Investimentos 1 S.A e a Sete Investimentos 2 S.A., em atendimento a estratégia do Grupo, para intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional.
- Nos dias 8 de janeiro e 2 de maio de 2014, foram constituídas, respectivamente, a Sete Netherlands B.V. e a Sete International Two GmbH, para viabilizar a segregação de ativos envolvidos em captações de recursos. Desta forma a Administração entende que estas controladas poderão, além de contribuir na estruturação junto aos financiadores do projeto, gerenciar os custos administrativos inerentes à manutenção das operações constituídas na Holanda.
- No dia 26 de agosto de 2014, foi constituída a Sete Lux S.a.r.l., dando sequência a segregação requerida para a captação de recursos de longo prazo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- No dia 20 de outubro de 2014, a Companhia recebeu um comunicado de intenção de venda das ações das companhias Frade Drilling B.V. e Portugaldo Drilling B.V. detidas pelo acionista classe minoritário – Domain Marine Coöperatief U.A., controlada pelo operador Petroserv S.A.. A Administração está discutindo com este sócio os termos para formalização de sua saída da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detinha as seguintes controladas diretas e indiretas:

Nome	País	Negócio	Percentual	
			Participação direta nas ações ordinárias	Participação total nas ações ordinárias
Sete Investimentos 1	Brasil		100%	
Sete Investimentos 2	Brasil		100%	
Sete LUX Sarl	Luxemburgo		100%	
Sete LUX SCS	Luxemburgo			100%
Sete Netherlands	Holanda	Participação em ativos do setor de Óleo e Gás		100%
Sete Netherlands 2	Holanda			100%
Sete Holding GmbH	Áustria		100%	
Sete Finco GmbH	Áustria		100%	
Sete International One GmbH	Áustria			100%
Sete International Two GmbH	Áustria			100%
Arpoador Drilling B.V.	Holanda			85%
Copacabana Drilling B.V.	Holanda			85%
Grumari Drilling B.V.	Holanda			85%
Ipanema Drilling B.V.	Holanda			85%
Leblon Drilling B.V.	Holanda			85%
Leme Drilling B.V.	Holanda			85%
Marambaia Drilling B.V.	Holanda			85%
Urca Drilling B.V.	Holanda			85%
Guarapari Drilling B.V.	Holanda			80%
Bracuhy Drilling B.V.	Holanda			85%
Portogalo Drilling B.V.	Holanda			85%
Mangaratiba Drilling B.V.	Holanda			85%
Botinas Drilling B.V.	Holanda			85%
Ondina Drilling B.V.	Holanda			85%
Pituba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85%
Boipeba Drilling B.V.	Holanda			85%
Interlagos Drilling B.V.	Holanda			85%
Itapema Drilling B.V.	Holanda			75%
Comandatuba Drilling B.V.	Holanda			75%
Frade Drilling B.V.	Holanda			85%
Camburi Drilling B.V.	Holanda			70%
Itaoca Drilling B.V.	Holanda			80%
Itaunas Drilling B.V.	Holanda			70%
Siri Drilling B.V.	Holanda			80%
Sahy Drilling B.V.	Holanda			70%
Cassino Drilling B.V.	Holanda			75%
Curumim Drilling B.V.	Holanda			75%
Salinas Drilling B.V.	Holanda			75%
Joatinga Drilling B.V.	Holanda			100%

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo as informações financeiras de de suas controladas direta e indiretas:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
Sete Investimentos 1	1.069.567	1.068.955	612
Sete Investimentos 2	11.145	11.771	(626)
Sete Lux Sarl	166	626	(460)
Sete Lux SCS		436	(436)
Sete Netherlands	1.067.119	1.055.889	11.230
Sete Netherlands 2	2.378	2.626	(248)
Sete Holding GmbH	7.865.466	7.091.247	774.219
Sete Finco GmbH	749	1.021	(272)
Sete International Two	160.661	213.837	(53.176)
Sete International GmbH	10.975.919	10.297.472	678.447
ArpoadorDrilling B.V.	1.711.877	1.712.101	(224)
CopacabanaDrilling B.V.	1.168.091	1.168.964	(873)
GrumariDrilling B.V.	1.072.914	1.073.501	(587)
IpanemaDrilling B.V.	791.833	794.070	(2.237)
LeblonDrilling B.V.	680.048	682.199	(2.151)
LemeDrilling B.V.	622.320	624.468	(2.148)
MarambaiaDrilling B.V.	593.619	595.768	(2.149)
UrcaDrilling B.V.	1.737.598	1.739.497	(1.899)
GuarapariDrilling B.V.	1.533.218	1.533.568	(350)
BracuhyDrilling B.V.	1.052.648	1.054.099	(1.451)
PortogaloDrilling B.V.	294.932	295.256	(324)
MangaratibaDrilling B.V.	263.174	263.438	(264)
BotinasDrilling B.V.	263.220	263.472	(252)
OndinaDrilling B.V.	1.542.354	1.543.150	(796)
PitubaDrilling B.V.	958.024	958.408	(384)
BoipebaDrilling B.V.	572.191	572.167	24
InterlagosDrilling B.V.	422.072	423.001	(929)
ItapemaDrilling B.V.	397.704	397.993	(289)
ComandatubaDrilling B.V.	376.062	376.318	(256)
FradeDrilling B.V.	1.485.465	1.486.047	(582)
CamburiDrilling B.V.	894.970	895.067	(97)
ItaocaDrilling B.V.	573.174	573.408	(234)
ItaunasDrilling B.V.	498.235	498.698	(463)
SiriDrilling B.V.	469.246	469.519	(273)
SahyDrilling B.V.	460.965	461.220	(255)
CassinoDrilling B.V.	1.384.696	1.390.277	(5.581)
CurumimDrilling B.V.	772.359	772.775	(416)
SalinasDrilling B.V.	559.008	559.360	(352)
JoatingaDrilling B.V.	789.636	790.011	(375)

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

	<u>Controladora e consolidado</u>		
	<u>Licença de construção e afretamento</u>	<u>Licenças de uso de softwares</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2013			
Custo	3.157	3.718	6.875
Amortização	<u>(1.184)</u>	<u>(709)</u>	<u>(1.893)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.973</u>	<u>3.009</u>	<u>4.982</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013			
Saldo inicial	1.973	3.009	4.982
Aquisições	-	1.554	1.554
Amortização	<u>(789)</u>	<u>(850)</u>	<u>(1.639)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.184</u>	<u>3.713</u>	<u>4.897</u>
Em 31 de dezembro de 2013			
Custo	3.157	5.272	8.429
Amortização acumulada	<u>(1.973)</u>	<u>(1.559)</u>	<u>(3.532)</u>
Saldo contábil líquido	<u>1.184</u>	<u>3.713</u>	<u>4.897</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
Saldo inicial	1.184	3.713	4.897
Aquisições	-	1.367	1.367
Amortização	<u>(789)</u>	<u>(1.262)</u>	<u>(2.051)</u>
Saldo contábil líquido	<u>395</u>	<u>3.818</u>	<u>4.213</u>
Em 31 de dezembro de 2014			
Custo	3.157	6.639	9.796
Amortização	<u>(2.762)</u>	<u>(2.821)</u>	<u>(5.583)</u>
Saldo contábil líquido	<u>395</u>	<u>3.818</u>	<u>4.213</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

	Controladora					
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
Em 1º de janeiro de 2013						
Custo	302	995	1.460	1.441		6.463
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)		(655)
Saldo contábil, líquido	<u>254</u>	<u>869</u>	<u>1.337</u>	<u>1.083</u>		<u>5.808</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013						
Saldo inicial	254	869	1.337	1.083	2.265	5.808
Aquisições	205	1.577	374	1.098	260	3.514
Transferências				2.528	(2.528)	
Baixas	(1)	(77)	(10)	(3)		(91)
Depreciação e amortização	(50)	(243)	(162)	(888)		(1.343)
Saldo contábil, líquido	<u>408</u>	<u>2.126</u>	<u>1.539</u>	<u>3.818</u>	<u>(3)</u>	<u>7.888</u>
Em 31 de dezembro de 2013						
Custo	506	2.495	1.824	5.064	(3)	9.886
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)		(1.998)
Saldo contábil, líquido	<u>408</u>	<u>2.126</u>	<u>1.539</u>	<u>3.818</u>	<u>(3)</u>	<u>7.888</u>
Período findo em 31 de dezembro de 2014						
Saldo inicial	408	2.126	1.539	3.818	(3)	7.888
Aquisições	90	255	(71)	(1)	75	348
Baixas	-	-	-	-	-	0
Depreciação e amortização	(91)	(503)	(164)	(1.287)	-	(2.045)
Saldo contábil, líquido	<u>407</u>	<u>1.878</u>	<u>1.304</u>	<u>2.530</u>	<u>72</u>	<u>6.191</u>
Em 31 de dezembro de 2014						
Custo	595	2.750	1.752	5.063	72	10.232
Depreciação e amortização acumuladas	(188)	(872)	(448)	(2.533)	-	(4.041)
Saldo contábil, líquido	<u>407</u>	<u>1.878</u>	<u>1.304</u>	<u>2.530</u>	<u>72</u>	<u>6.191</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
Em 1º de janeiro de 2013						
Custo	302	995	1.458	1.441	6.070.352	6.074.548
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)	-	(655)
Saldo contábil, líquido	<u>254</u>	<u>869</u>	<u>1.335</u>	<u>1.083</u>	<u>6.070.352</u>	<u>6.073.893</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013						
Saldo inicial	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893
Aquisições	205	1.577	376	1.098	6.517.574	6.520.830
Transferências	-	-	-	2.528	(2.528)	-
Baixas	(1)	(77)	(10)	(3)	-	(91)
Diferenças cambiais	-	-	-	-	1.358.987	1.358.987
Depreciação e amortização	(50)	(243)	(162)	(888)	-	(1.343)
Saldo contábil, líquido	<u>408</u>	<u>2.126</u>	<u>1.539</u>	<u>3.818</u>	<u>13.944.385</u>	<u>13.952.276</u>
Em 31 de dezembro de 2013						
Custo	506	2.495	1.824	5.064	13.944.385	13.954.274
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)	-	(1.998)
Saldo contábil, líquido	<u>408</u>	<u>2.126</u>	<u>1.539</u>	<u>3.818</u>	<u>13.944.385</u>	<u>13.952.276</u>
Período findo em 31 de dezembro de 2014						
Saldo inicial	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385	13.952.276
Aquisições	90	255	(71)	(1)	6.703.567	6.703.840
Baixas	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	2.676.511	2.676.511
Depreciação e amortização	(91)	(503)	(164)	(1.287)	-	(2.045)
Saldo contábil, líquido	<u>407</u>	<u>1.878</u>	<u>1.304</u>	<u>2.530</u>	<u>23.324.463</u>	<u>23.330.582</u>
Em 31 de dezembro de 2014						
Custo	595	2.750	1.752	5.063	23.324.463	23.334.623
Depreciação e amortização acumuladas	(188)	(872)	(448)	(2.533)	-	(4.041)
Saldo contábil, líquido	<u>407</u>	<u>1.878</u>	<u>1.304</u>	<u>2.530</u>	<u>23.328.877</u>	<u>23.330.582</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na rubrica de imobilizado em curso do Grupo são registrados os custos incorridos nos 29 projetos ora em construção pelas SPEs holandesas, denominados unidades de sonda de perfuração ou DRU "Drilling Rig Unit".

O portfólio de ativos operacionais (DRUs) em construção é distribuído em dois tipos de ativos de características semelhantes:

- Tipo navio-sonda (23 unidades): que têm basicamente a forma de um navio convencional com uma torre de perfuração localizada em seu centro, onde uma abertura no casco "moon pool" permite a passagem da coluna de perfuração. Sua vantagem é ter uma maior velocidade de trânsito e maior capacidade de carga e estocagem.
- Tipo semi-submersíveis (6 unidades): têm flutuadores que ficam submersos, o que confere a este tipo de plataforma maior estabilidade e as deixam menos suscetíveis ao movimento de deriva. O convés, também chamado de "main deck", fica acima da linha d'água, longe do alcance das ondas, sustentado pelas pernas ou colunas da plataforma. Sua área do convés é geralmente maior do que a de um navio-sonda. A torre de perfuração fica localizada em geral no centro da plataforma e uma abertura no centro do seu convés permite a passagem da coluna de perfuração.

As especificações de cada uma dessas embarcações são consistentes com projetos internacionais. Seus equipamentos e componentes são supridos por diversos fornecedores existentes no setor de óleo e gás para garantir a qualidade, a disponibilidade de substituição de peças e suporte pós-venda para manutenção futura.

Todas as unidades são projetadas para perfurar em lâmina d'água ultra-profundas de até 3.000 metros, com uma capacidade total de profundidade de até 10.000 metros.

Com o objetivo de limitar o risco de contraparte de conclusão com qualquer um dos construtores navais, a Administração optou por uma abordagem diversificada de contratação de diferentes estaleiros, conforme tabela abaixo:

Estaleiro	Nº de unidades	Tipo de embarcação	SPE Contratante
Estaleiro Atlântico Sul - EAS.....	7	Navio-sonda	Copacabana Grumari Ipanema Leblon Leme Marambaia Joatinga
Estaleiro Brasfels (FernavalePte Ltd.).....	6	Semi-submersível	Urca Frade Bracuhy Portogalo Mangaratiba Botinas

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estaleiro	Nº de unidades	Tipo de embarcação	SPE Contratante
Estaleiro Jurong Aracruz - EJA	7	Navio-sonda	Arpoador Guarapari Camburi Itaoca Itaunas Siri Sahy
Estaleiro Enseada do Paraguaçu - EEP	6	Navio-sonda	Ondina Pituba Boipeba Interlagos Itapema Comandatuba
Estaleiro Rio Grande - ERG	3	Navio-sonda	Cassino Curumim Salinas

Os custos mais relevantes referentes à construção dos ativos são distribuídos da seguinte forma:

(i) Contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC - Engineering, Procurement and Construction Contract ("EPC"), conforme descrito na Nota 20 (item a – (i)).

As embarcações são contratadas para serem entregues, em média, quatro anos após o início da construção. A Companhia entende que o prazo de entrega permite a Administração e aos estaleiros a flexibilidade necessária para a conclusão e disponibilização à Petrobras dentro do cronograma. A primeira unidade está prevista para ser entregue em junho de 2015 e, atualmente, nossa última embarcação está prevista para ser entregue em janeiro de 2020.

(ii) Contratos de gerenciamento e supervisão da construção de sondas Construction Management Agreement ("CMA"), conforme descrito na Nota 20 (item a – (ii)).

Os custos de gerenciamento e supervisão das obras representam aproximadamente 4% do total de cada projeto em andamento, a Companhia entende que com a contratação da equipe de engenharia da Petrobras e/ou um sócio operador atuando em conjunto com o corpo técnico da Sete Brasil como supervisores em cada um dos estaleiros é possível assegurar o progresso da construção das DRUs reduzindo os riscos de construção e de aceitação (não-conformidade com os requisitos da Petrobras).

(iii) Os demais custos indiretos (como os custos financeiros e seguros das obras) incorridos durante a construção são capitalizados no imobilizado.

No exercício de 2014, o Grupo capitalizou no ativo imobilizado R\$ 925.469 (R\$ 477.083 em 31 de dezembro de 2013) dos custos de empréstimos. Do montante capitalizado em 2014, R\$ 489.728 são provenientes da dívida captada pela Controladora e R\$ 435.741 são de empréstimos ponte "Bridge Loan" captados por controladas.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a pagar estaleiros	-	-	2.479.722	1.829.033
Contas a pagar prestadores de serviços	8.479	7.375	120.118	69.164
Outras contas a pagar	<u>129</u>	<u>1</u>	<u>129</u>	<u>2</u>
	8.608	7.376	2.599.969	1.898.199
Parcela circulante	<u>(8.608)</u>	<u>(7.376)</u>	<u>(2.418.425)</u>	<u>(1.516.756)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>181.544</u>	<u>381.443</u>

Os saldos de contas a pagar aos estaleiros envolvidos no projeto são oriundos de obrigações geradas no curso normal dos negócios e serão pagos em períodos inferiores ou superiores a doze meses conforme cronograma de pagamentos definidos nos contratos de EPC.

Em 31 de dezembro de 2014, a parcela de obrigações classificada no passivo não circulante representava os serviços realizados pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu que serão pagos em período superior a doze meses, conforme fluxo de pagamentos definidos contratualmente.

Além dos serviços já faturados relacionados a construção física dos ativos aderente aos contratos de EPC, também existem os serviços já faturados relacionados a supervisão dessa construção e montagem.

Adicionalmente, também são registradas provisões com base nos boletins de medição mensais referentes ao progresso físico da construção dos ativos. Os boletins de medição são emitidos pelos estaleiros e são revisados pela equipe técnica de engenharia da Sete Brasil, dos sócios operadores e da Petrobras.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão de remuneração variável para funcionários	19.065	15.081	19.065	15.081
Provisão de férias	3.387	2.162	3.387	2.162
Provisão para 14 ^o salários	1.688	1.073	1.688	1.073
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	712	521	712	521
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	249	165	249	165
Previdência Privada	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>108</u>	<u>-</u>
	<u>25.209</u>	<u>19.002</u>	<u>25.209</u>	<u>19.002</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

Credor	Tomador	Taxa	Vencimento	Total contratado	Principal	Encargos	Custo de captação	Total
Denominado em R\$ FI - FGTS	Sete Brasil Participações S.A.	IPCA + 8,00% a.a.	15.08.2033	1.850.000	1.850.000	540.732	(14.602)	2.376.130
Denominado em US\$ Sumitomo Mitsui Banking The Bank of Nova Scotia Standard Chartered Bank Banco Bradesco S.A. Citibank (3)	Sete International One GmbH	Libor 3M+ 3,50% a.a.	19.06.2015	3.320.250	1.487.472	155	(1.424)	1.486.203
Luce Venture Capital - Drilling Series		Libor 3M + 4,75% a.a.	31.12.2015	332.025	200.892	584	(414)	201.062
Denominado em US\$ Caixa Econômica Federal (6)	Sete Investimentos I S.A.	9,2% a.a.	29.01.2015	1.048.004	1.048.004	16.533	(3.079)	1.061.458
Denominado em US\$ Copacabana Drilling B.V. Grumari Drilling B.V. Ipanema Drilling B.V. Leblon Drilling B.V. Leme Drilling B.V. (1)		Libor 2M + 5,5% a.a. Libor 2M + 5,5% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a.	18.02.2015 18.02.2015 20.02.2015 20.02.2015 20.02.2015	362.832 366.153 344.239 344.239 344.239	390.438 393.945 363.528 363.528 363.528	804 812 14.120 14.120 14.120	(1.797) (1.785) (537) (580) (544)	389.445 392.972 377.111 377.067 377.104
Denominado em US\$ Arpoador Drilling B.V. Urea Drilling B.V. Frade Drilling B.V. Bracuhy Drilling B.V. Portogalo Drilling B.V. Guarapari Drilling B.V. Ondina Drilling B.V. Pituba Drilling B.V. Boipeba Drilling B.V. Camburi Drilling B.V. Itaoca Drilling B.V. Cassino Drilling B.V. Curumim Drilling B.V. Salinas Drilling B.V.		Libor 2M + 3,55% a.a. Libor 2M + 3,55% a.a. Libor 2M + 3,55% a.a. Libor 12M + 4% a.a. Libor 12M + 4% a.a. Libor 2M + 3,55% a.a. Libor 2M + 3,55% a.a. Libor 12M + 4% a.a. Libor 12M + 4% a.a. Libor 2M + 3,55% a.a. Libor 12M + 4% a.a. Libor 2M + 3,55% a.a. Libor 12M + 4% a.a. Libor 12M + 4% a.a. Libor 12M + 4% a.a.	21.01.2015 21.01.2015 21.01.2015 17.04.2015 17.04.2015 21.01.2015 21.01.2015 17.04.2015 17.04.2015 21.01.2015 17.04.2015 21.01.2015 17.04.2015 17.04.2015	739.699 812.425 106.248 79.686 79.686 473.016 523.590 114.429 114.429 228.486 181.950 406.048 254.461 218.337	762.533 833.473 108.090 82.037 81.087 484.715 536.273 118.320 117.018 236.474 188.339 419.535 264.345 227.536	3.905 4.930 639 2.422 2.394 2.944 3.257 3.501 3.458 1.436 5.571 2.528 7.837 6.692	(276) (251) (275) (478) (478) (281) (275) (573) (545) (103) (692) (268) (849) (766)	766.162 838.152 108.455 83.981 83.003 487.378 539.255 121.248 119.931 237.807 193.218 421.795 271.333 233.462
Denominado em US\$ Marambaia Drilling B.V. Interlagos Drilling B.V. Itapema Drilling B.V. Comandatuba Drilling B.V. Itaunas Drilling B.V. Siri Drilling B.V. Sahy Drilling B.V. (4)		Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a. Libor 12M + 3,9% a.a.	10.03.2015 10.03.2015 10.03.2015 10.03.2015 10.03.2015 10.03.2015 10.03.2015	404.181 98.279 90.311 90.311 254.557 201.871 188.590	404.181 98.279 90.311 90.311 254.557 201.871 188.590	14.639 3.560 3.271 3.271 9.220 7.312 6.831	(1.268) (675) (674) (674) (962) (868) (844)	417.552 101.164 92.908 92.908 262.815 208.315 194.577
Denominado em US\$ Standard Chartered Bank (5)	Joatinga Drilling B.V.	Libor 1M + 6% a.a	21.01.2015	664.050	664.050	1.705	(2.042)	663.713
					12.913.260	703.305	(38.883)	13.577.682
							Circulante	13.577.682
							Não circulante	-

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos foram captados para suprir necessidades imediatas de caixa para honrar os fluxos de pagamentos dos contratos de EPC junto aos estaleiros contratados para a construção das unidades de perfuração.

(1) Empréstimo Ponte 1 – Bridge Facility Agreement 1 – agente administrativo*: Banco Itaú BBA
Em 20 de fevereiro de 2014, houve nova extensão do prazo para as SPEs Copacabana, Grumari, Ipanema, Leblon e Leme. Os juros incorridos até esta data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 13.668 equivalentes a R\$ 30.929 (sendo US\$ 2.814 equivalentes a R\$ 6.369 para Copacabana, US\$ 2.840 equivalentes a R\$ 6.426 para Grumari, US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Ipanema, US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Leblon e US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Leme).

Em 20 de agosto de 2014, houve nova extensão do prazo para as SPEs Copacabana e Grumari com vencimento estabelecido para 18 de dezembro de 2014. Os juros incorridos até esta data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 5.579 equivalentes a R\$ 12.652 (sendo US\$ 2.777 equivalentes a R\$ 6.298 para Copacabana e US\$ 2.801 equivalentes a R\$ 6.354 para Grumari).

Em 18 de dezembro de 2014, as SPEs Copacabana e Grumari pagaram os juros incorridos até esta data, no montante de US\$ 4.197 equivalentes a R\$ 11.079. Nesta mesma data, houve a extensão do prazo com vencimento estabelecido para 18 de fevereiro de 2015.

(2) Empréstimo Ponte 2 – Bridge Facility Agreement 2 – agente administrativo*: Deutsche Bank

Em 8 de maio de 2014, houve a extensão do prazo de vencimento do segundo empréstimo ponte para as 14 SPEs que possuíam essa linha contratada. São elas: Arpoador, Urca, Frade, Bracuhy, Portugal, Guarapari, Ondina, Pituba, Boipeba, Camburi, Itioca, Cassino, Curumim e Salinas. Os novos prazos de vencimento pactuados são, respectivamente, 4 de novembro de 2014 para as SPEs Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina, Urca e Cassino, e, 17 de abril de 2015 para as SPEs Boipeba, Bracuhy, Itioca, Pituba, Portugal, Curumim e Salinas.

Em 4 de novembro de 2014, as SPEs Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina, Urca e Cassino pagaram os juros incorridos até esta data, no montante de US\$ 24.616 equivalentes a R\$ 62.731. Nesta mesma data, houve a extensão do prazo com vencimento estabelecido para 17 de dezembro de 2014.

Em 17 de dezembro de 2014, o prazo de vencimento para as SPEs Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina, Urca e Cassino foi estendido para 21 de janeiro de 2015.

(3) Empréstimo Ponte 3 – Bridge Facility Agreement 3 – agente administrativo*: Sumitomo Mitsui

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia através de sua controlada Sete International, captou novos recursos para financiamento de despesas de curto prazo da construção de sondas. Este novo *bridge facility agreement*, tem como credores os bancos Sumitomo Mitsui Banking Corporation, The Bank of Nova Scotia, Standard Chartered Bank, Bradesco BBI e Citibank.

Em 17 de setembro de 2014, houve a extensão do prazo de vencimento do terceiro empréstimo ponte captado pela controlada Sete International para 17 de março de 2015. No mesmo mês, houve pagamento de parte do principal da dívida, no montante de US\$ 160.000, equivalente a R\$ 373.259.

No quarto trimestre de 2014, houve pagamento de parte do principal da dívida, no montante de US\$ 530.000, equivalentes a R\$ 1.357.458.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, houve o pagamento dos juros incorridos no montante de US\$ 38.839, equivalente a R\$ 92.280.

(4) Empréstimo Ponte 4 – Bridge Facility Agreement 4– agente administrativo*: Deutsche Bank

Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 500.000, cujos credores são o Banco Itaú e o Banco do Brasil, foi captado pelas controladas indiretas: Marambaia, Interlagos, Itapema, Comandatuba, Itaunas, Siri e Sahy.

(5) Empréstimo Ponte 5 – Bridge Facility Agreement 5– agente administrativo*: Deutsche Bank

Em 16 de setembro de 2014, a Companhia, através de sua controlada Joatinga, captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 250.000, equivalente a R\$ 583.000, cujo credor é o Standard Chartered Bank.

Em 17 de novembro de 2014, houve a extensão do prazo de vencimento para 17 de dezembro de 2015. Nesta mesma data, houve pagamento dos juros acumulados, no montante de US\$ 2.412, equivalente a R\$ 6.148.

(6) Empréstimo Ponte 6 – Bridge Facility Agreement 6– agente administrativo*: Caixa Econômica Federal:

Em 31 de outubro de 2014, a Companhia, através de sua controlada Sete Investimentos I, captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 400.000, equivalente a R\$ 1.062.480, cujo credor é a Caixa Econômica Federal.

*O agente administrativo é o responsável pela liberação dos desembolsos dos empréstimos e recebimento dos pagamentos do tomador de recursos junto aos credores de cada dívida.

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

O montante dos custos de captação totalizou aproximadamente US\$ 100.563, equivalentes a R\$ 267.116 no período findo em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 81.200, equivalentes a R\$ 190.300 em 31 de dezembro de 2013), tendo sido transferido para o ativo imobilizado a parcela de US\$ 92.030 equivalentes a R\$ 244.451 (US\$ 38.300, equivalentes a R\$ 89.600 em 31 de dezembro de 2013).

Emissão de Debêntures Simples - FI-FGTS

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 1 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a emissão de 1.850 debêntures simples, emitidas em série única, com garantias reais, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000, perfazendo o montante de R\$ 1,850 bilhão.

Os recursos necessariamente são utilizados para o financiamento do programa de investimentos da Companhia, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas Subsidiárias para a Petrobras. Não são elegíveis para inclusão na utilização dos recursos os dispêndios relacionados à manutenção, ao custeio e ao consumo da Companhia e quaisquer planos de investimentos que não tenham sido previamente aprovados por escrito pelos debenturistas.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão não é objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma vez que as debêntures tiveram colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures, salvo vencimento antecipado, possuem prazo de 20 anos e seis meses a contar da data de emissão que ocorreu em 15 de fevereiro de 2013.

A partir de 19 de fevereiro de 2013, as debêntures fazem jus a juros remuneratórios de 8% (oito por cento) ao ano. Até o sexagésimo mês, contados da data de emissão, os juros serão incorporados ao valor das debêntures (período de carência) e a partir dessa data serão pagos semestralmente, junto com as 16 parcelas que as debêntures serão resgatadas.

Como parte dos custos desta captação a Companhia pagou no dia 21 de fevereiro de 2013 uma remuneração de R\$ 16.250 para cada debênture, apresentado líquido no balanço na rubrica de debêntures.

São garantias da emissão, em favor dos debenturistas, as ações e seus direitos do capital da interveniente anuente, Sete International One GmbH, bem como recebíveis das intervenientes garantidoras Itapema Drilling B.V. e Comandatuba Drilling B.V.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não estava em conformidade com determinados covenants constantes na escritura das debentures. Como não houve ainda formalização de *wavier* por parte dos debenturistas, a Companhia transferiu esta obrigação originalmente classificada como passivo não circulante para o passivo circulante. A Administração entende que esta é uma situação temporária, uma vez que está em negociação com o único debenturista para readequação destes índices de acordo com a realidade operacional do Grupo.

O valor justo do componente do passivo do título de dívida não conversível em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 2,569 bilhões. O valor justo foi calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de IPCA + 8%.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 11 de setembro, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital subscrito em R\$ 3.267.000. Esses recursos serão integralizados em até 180 dias após a data da aprovação e serão utilizados mediante solicitação da própria companhia para sanar eventuais necessidades de caixa no curto-prazo. Do total de ações emitidas, 6.368.500 estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

	Quantidade	Valor
FIP Sondas	2.403.025.000	2.403.025.000
Petrobras S.A.	126.475.000	126.475.000
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.529.500.000	2.529.500.000
Integralizações em 2014	3.839.000.000	3.839.000.000
Abril		
FIP Sondas	475.000.000	475.000.000
Petrobras S.A.	25.000.000	25.000.000
Maio		
FIP Sondas	760.000.000	760.000.000
Petrobras S.A.	40.000.000	40.000.000
Junho		
FIP Sondas	380.000.000	380.000.000
Petrobras S.A.	20.000.000	20.000.000
Agosto		
FIP Sondas	717.250.000	717.250.000
Petrobras S.A.	37.750.000	37.750.000
Outubro		
FIP Sondas	358.150.000	358.150.000
Petrobras S.A.	18.850.000	18.850.000
Novembro		
FIP Sondas	348.650.000	348.650.000
Petrobras S.A.	18.350.000	18.350.000
Dezembro		
FIP Sondas	608.000.000	608.000.000
Petrobras S.A.	32.000.000	32.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.368.500.000	6.368.500.000

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela proporcional dos custos de emissão das ações foi contabilizada em conta redutora do patrimônio líquido, como gastos com emissão de ações, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total de custos com consultoria na transação - 2ª subscrição	15.889	15.889
Capital comprometido (i)	794.460	794.460
Capital integralizado	<u>794.460</u>	<u>483.075</u>
% proporcional do recurso captado e integralizado	100,00%	60,81
Parcela dos custos alocada no patrimônio líquido	15.889	9.661
Parcela dos custos registrada nas despesas antecipadas não circulantes	-	6.228

Refere-se ao compromisso assumido pelos acionistas da Sete Brasil em aportes de capital na Companhia. Os aportes irão ocorrer à medida em que houver necessidade de obtenção de recursos.

(b) Reserva de lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

No exercício de 2014, foi destinado para constituição da reserva legal o montante de R\$ 41.031, conforme aprovado em assembleia geral ordinária dos acionistas ocorrida em 25 de março de 2015.

(ii) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar foi constituída para não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia encontra-se em situação financeira incompatível para distribuição dos dividendos. Conforme estabelecido no artigo 197 § 2º da Lei das S.A., esta reserva deverá ser utilizada somente para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios ou para compensação de prejuízos futuros. No exercício de 2014 foi destinado para constituição da reserva de lucros a realizar o montante de R\$ 779.586, conforme aprovado em assembleia geral ordinária dos acionistas ocorrida em 25 de março de 2015.

(c) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão referem-se às diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das controladas elaboradas em moeda estrangeira.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou um lucro de R\$820.617. Dado que todo o Grupo está em fase pré-operacional e portanto até o momento não foi apurado lucros realizados a Administração concluiu que a Companhia encontra-se em situação financeira incompatível para propor a distribuição de dividendos.

(e) Lucros (prejuízos) acumulados

Em 1º de janeiro de 2012	(19.661)
Prejuízo do exercício	<u>(65.023)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(84.684)</u>
Em 1º de janeiro de 2013	
Lucro líquido do exercício	194.425
Transferência para reserva legal	(9.721)
Transferência para reserva de lucros a realizar	<u>(100.021)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>-</u>
Em 1º de janeiro de 2014	
Lucro líquido do exercício	820.617
Transferência para reserva legal	(41.031)
Transferência para reserva de lucros a realizar	<u>(779.586)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>

(f) Lucro por ação - Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	820.617	194.425
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>4.916.157</u>	<u>2.529.500</u>
Lucro básico por ação – R\$	<u>0,17</u>	<u>0,08</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Lucro (prejuízo) por ação - Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui ações ordinárias com efeitos potenciais diluidores.

17 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Pessoal	85.536	48.154	85.536	48.154
Serviços de consultoria e auditoria	16.149	12.808	33.218	25.401
Impostos e contribuições	581	497	625	503
Depreciação e amortização	4.116	2.996	4.116	2.996
Despesas com locação	4.018	4.259	4.018	4.259
Propaganda e publicidade	4.344	2.202	4.344	2.202
Viagens	2.269	2.255	2.269	2.255
Manutenção de software	2.503	3.290	2.503	3.290
Concessionárias (luz, água e esgoto, telefonia)	1.256	1.120	1.256	1.120
Administração e limpeza	1.017	1.104	1.017	1.104
Transportes	2.703	3.668	2.703	3.668
Seguros	201	170	201	170
Outras despesas gerais	2.709	2.338	2.709	2.339
	<u>127.402</u>	<u>84.861</u>	<u>144.515</u>	<u>97.461</u>

18 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(14.849)	(951)	(25.755)	(31.073)
Despesas com operações de câmbio	(2.172)	(1.725)	(2.521)	(1.726)
Despesas com juros	(2)	(1)	(2)	(1)
Despesas bancárias	(27)	(2)	(5.362)	(6.442)
Outras despesas financeiras	(7)	(9)	(290)	(9)
	<u>(17.057)</u>	<u>(2.688)</u>	<u>(33.930)</u>	<u>(39.251)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	30.611	34.020	33.057	39.638
Juros sobre empréstimos Intercompany	132.391	59.124	-	-
Outras receitas financeiras	1.496	39	1.497	39
	<u>164.498</u>	<u>93.183</u>	<u>34.554</u>	<u>39.677</u>
Variações e ganhos (perdas) cambiais líquidos				
Outras variações cambiais líquidas (*)	2	2	866.319	262.676
Resultado financeiro líquido	<u>154.080</u>	<u>90.497</u>	<u>866.943</u>	<u>263.102</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) As variações cambiais registradas no resultado consolidado são decorrentes principalmente dos efeitos das variações do dólar norte-americano e do euro em relação ao real. Durante o período, as subsidiárias austríacas, Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH, detiveram recursos denominados em reais provenientes da controladora e, ao mesmo tempo, manteve empréstimos denominados em dólares norte-americanos em favor das subsidiárias holandesas (Nota 19 d).

Tais operações resultaram em uma posição ativa líquida em dólares exposta às flutuações cambiais, uma vez que, apesar de ser uma controlada estrangeira, a Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH possuem moeda funcional real em função principalmente de sua dependência financeira da Companhia.

Em função desta condição, os efeitos cambiais gerados por esta controlada foram registrados diretamente no resultado na rubrica de variações cambiais e monetárias.

A Companhia entende que esta condição é temporária e adequada para a fase a qual o grupo se encontra, uma vez que uma parcela dos financiamentos para as obras são recursos provenientes de seus acionistas. Como referência, apresentamos abaixo as flutuações cambiais nos períodos:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>Variação</u>
Taxas de câmbio de fechamento			
US\$ x R\$	2,6562	2,3426	13%
EUR x R\$	3,227	3,2265	0%
EUR x US\$	1,2149	1,3773	-12%

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>Variação</u>
Taxas de câmbio de fechamento			
US\$ x R\$	2,3426	2,0435	15%
EUR x R\$	3,2265	2,6954	20%
EUR x US\$	1,3773	1,3109	5%

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Partes relacionadas

(a) Contratos entre partes relacionadas

As controladas mantêm contratos de afretamento de sondas e supervisão de construção com a Petrobras, acionista da Companhia, os quais estão detalhados na Nota 20 Compromissos.

(b) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 27.393 (R\$ 6.144 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Custos com emissão de ações e captação de dívida

Dos custos totais com consultoria na transação de emissão de ações e captação de dívida no período findo em 31 de dezembro de 2014 R\$3.290 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2013) foram pagos a Lakeshore Financial Partners Participações Ltda.

(d) Empréstimos Intercompany

(i) Sete International One GmbH

A Sete International One mantêm contratos de empréstimos intercompany, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPEs. Esta estrutura determina que os recursos de financiamento de cada projeto devem ser captados através de 80% de capital de terceiros e 20% de capital próprio.

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Arpoador Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	289.518	4.804	294.322
Arpoador Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	103.563	6.231	109.794
Arpoador Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	13.387	218	13.606
Arpoador Drilling B.V.	10,41%	73.644	12.634	86.278
Copacabana Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	196.960	3.620	200.580
Copacabana Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	128.752	5.103	133.855
Copacabana Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	17.281	282	17.563
Copacabana Drilling B.V.	10,41%	69.592	10.216	79.809
Grumari Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	130.333	2.533	132.867
Grumari Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	90.364	2.137	92.502
Grumari Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	16.268	265	16.533
Grumari Drilling B.V.	10,41%	71.144	8.611	79.754
Ipanema Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	74.885	1.035	75.920
Ipanema Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	101.973	3.015	104.988
Ipanema Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	5.379	88	5.467
Ipanema Drilling B.V.	10,41%	71.354	8.249	79.603
Leblon Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	27.807	383	28.190
Leblon Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	52.712	1.680	54.393
Leblon Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.793	29	1.822

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Taxa a.a.	Principal	Encargos	Total
Denominado em US\$				
Leblon Drilling B.V.	10,41%	57.942	6.716	64.659
Leme Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	27.809	387	28.196
Leme Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	36.054	1.073	37.127
Leme Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.594	26	1.620
Leme Drilling B.V.	10,41%	58.354	6.697	65.052
Marambaia Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	18.328	524	18.851
Marambaia Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.494	24	1.518
Marambaia Drilling B.V.	10,41%	58.666	7.742	66.408
Urca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	160.522	282	160.804
Urca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	162.835	1.581	164.416
Urca Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.912	31	1.944
Urca Drilling B.V.	12,00%	95.096	13.511	108.608
Guarapari Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	333.396	8.953	342.349
Guarapari Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	162.663	4.071	166.734
Guarapari Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	17.000	277	17.277
Guarapari Drilling B.V.	12,00%	94.381	17.288	111.669
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	115.253	1.799	117.053
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	23.252	294	23.546
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	377.844	5.502	383.346
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	531	9	540
Bracuhy Drilling B.V.	12,00%	88.579	5.621	94.200
Portogalo Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	116.237	1.801	118.038
Portogalo Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	28.643	787	29.430
Portogalo Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.169	19	1.188
Portogalo Drilling B.V.	12,00%	39.204	2.357	41.561
Mangaratiba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	90.386	2.045	92.431
Mangaratiba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	113.762	1.769	115.532
Mangaratiba Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	518	8	526
Mangaratiba Drilling B.V.	12,00%	32.653	1.635	34.289
Botinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	88.825	2.656	91.482
Botinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	115.167	1.791	116.958
Botinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	425	7	432
Botinas Drilling B.V.	12,00%	32.937	1.802	34.739
Ondina Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	110.568	2.994	113.562
Ondina Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	289.890	8.982	298.872
Ondina Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	56.736	926	57.662
Ondina Drilling B.V.	12,00%	93.696	13.810	107.507
Pituba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	173.777	3.305	177.081
Pituba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	287.232	12.006	299.237
Pituba Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	14.237	232	14.469
Pituba Drilling B.V.	12,00%	84.112	13.185	97.297
Boipeba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	193.371	5.916	199.288
Boipeba Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	71.452	1.166	72.617

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Taxa a.a.	Principal	Encargos	Total
Denominado em US\$				
Boipeba Drilling B.V.	12,00%	55.249	12.300	67.549
Interlagos Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	797	19	816
Interlagos Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	398	6	405
Interlagos Drilling B.V.	12,00%	59.632	13.118	72.749
Itapema Drilling B.V.	12,00%	60.561	13.452	74.014
Comandatuba Drilling B.V.	12,00%	60.561	13.452	74.014
Frade Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	662.765	6.517	669.282
Frade Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	13.798	118	13.916
Frade Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.275	21	1.296
Frade Drilling B.V.	12,00%	106.871	3.779	110.651
Camburi Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	174.619	4.339	178.959
Camburi Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	67.315	1.864	69.179
Camburi Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	13.015	212	13.228
Camburi Drilling B.V.	12,00%	95.927	18.892	114.819
Itaoca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	47.855	1.085	48.940
Itaoca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	179.670	6.363	186.033
Itaoca Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	6.587	107	6.695
Itaoca Drilling B.V.	12,00%	72.609	14.119	86.729
Itaunas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	100.139	3.339	103.478
Itaunas Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.727	28	1.755
Itaunas Drilling B.V.	12,00%	72.452	12.427	84.879
Siri Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	52.327	1.861	54.188
Siri Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	2.656	43	2.700
Siri Drilling B.V.	12,00%	98.524	20.245	118.769
Sahy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	48.077	1.714	49.791
Sahy Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	2.125	35	2.160
Sahy Drilling B.V.	12,00%	100.617	20.713	121.330
Cassino Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	169.158	3.842	173.000
Cassino Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	224.752	5.278	230.030
Cassino Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	49.299	804	50.103
Cassino Drilling B.V.	12,00%	80.523	16.312	96.835
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	99.386	1.735	101.122
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	38.377	2.948	41.325
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	153.794	4.330	158.124
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	11.422	186	11.608
Curumim Drilling B.V.	12,00%	81.309	15.840	97.149
Salinas Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	160.258	1.937	162.195
Salinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	35.752	1.188	36.940
Salinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	2.922	48	2.969
Salinas Drilling B.V.	12,00%	46.484	9.927	56.410
		8.776.800	467.294	9.244.094

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Sete International Two GmbH

A Sete International Two também mantém contratos de empréstimos intercompany, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPEs. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Marambaia Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	2.855	24	2.879
Interlagos Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	60.030	545	60.575
Itaunas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	3.586	28	3.614
Siri Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	2.922	23	2.945
Sahy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	3.453	26	3.479
		<u>72.846</u>	<u>645</u>	<u>73.491</u>

(iii) Sete Brasil Participações S.A.

A controladora Sete Brasil possui contrato de empréstimo intercompany com a Sete International One GmbH, com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em R\$				
Sete International One GmbH	10%	1.387.500	194.671	1.582.171

(iv) Joatinga Drilling B.V.

A controlada Joatinga possui contrato de empréstimo intercompany com a Sete International One GmbH, com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Sete International One GmbH	LIBOR + 5,50%	191.246	3.159	194.405

(v) Sete Investimentos I S.A.

A controlada Sete Investimentos I possui contrato de empréstimo intercompany com a Sete Netherlands I B.V., com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Sete Netherlands I BV	9,25%	1.048.004	2.192	1.050.195

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Sete Netherlands I B.V.

A controlada Sete Netherlands I, por sua vez, possui contrato de empréstimo intercompany com algumas SPEs com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Arpoador Drilling B.V.	9,35%	139.348	2.208	141.555
Copacabana Drilling B.V.	9,35%	108.254	1.715	109.969
Grumari Drilling B.V.	9,35%	89.725	1.422	91.146
Urca Drilling B.V.	9,35%	135.251	2.143	137.394
Guarapari Drilling B.V.	9,35%	142.441	2.257	144.697
Ondina Drilling B.V.	9,35%	138.967	2.202	141.169
Frade Drilling B.V.	9,35%	87.655	1.389	89.043
Camburi Drilling B.V.	9,35%	111.405	1.765	113.170
Cassino Drilling B.V.	9,35%	94.959	1.700	96.659
		1.048.004	16.799	1.064.803

(e) Contratos de gerenciamento e supervisão de construção

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção das sondas de perfuração. O valor a pagar referente a estes contratos com partes relacionadas são distribuídos conforme tabela a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Petrobras	17.097	10.747
Atlas Perfuração Ltda. - Seaworthy	3.246	4.040
Constellation Services – QGOG	1.145	1.488
Lantz - Petroserv	607	818
Odfjell Galvão	753	-
Odebrecht Oleo e Gas – OOG	1.912	425
Seadrill	1.956	2.403
	<u>26.716</u>	<u>19.921</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Share Premium contribution

O Share Premium contribution é uma obrigação dos acionistas minoritários, conforme previsto no acordo de acionistas, que registra o valor de capital que deverá ser aportado em conexão com o aporte feito pelo acionista controlador, de forma que não haja alteração nos percentuais de participação dos acionistas nas empresas investidas. Desta forma, o exercício de 2014 foi encerrado com parte de seu capital social tendo como contrapartida a rubrica de Partes relacionadas, conforme tabela abaixo:

SPE	Data de assinatura	Valor em	Valor em
		US\$	R\$
Urca Drilling B.V.	23.09.2014	27.000	71.717
Bracuhy Drilling B.V.	23.09.2014	7.500	19.922
Frade Drilling B.V.	23.09.2014	100	266
Ondina Drilling B.V.	24.09.2014	4.800	12.750
Pituba Drilling B.V.	24.09.2014	1.200	3.187
Urca Drilling B.V.	04.11.2014	252.147	669.753
Bracuhy Drilling B.V.	04.11.2014	2.204.710	5.856.151
Urca Drilling B.V.	16.12.2014	143.682	381.648
Guarapari Drilling B.V.	16.12.2014	160.000	424.992
Ondina Drilling B.V.	16.12.2014	75.977	201.810
		2.877.116	7.642.196

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos

(i) Contrato de Engenharia, Suprimentos e Construção - *Engineering, Procurement and Construction Contract* ("EPC")

O Grupo mantém contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC, que visam restringir o risco de construção e atraso na entrega de cada ativo. Esta modalidade prevê que todo o gerenciamento da execução do serviço e aquisição de equipamentos será de responsabilidade do contratado.

Até 31 de dezembro de 2014 a Sete Brasil, através de suas controladas, tem contratos de EPC assinado junto aos estaleiros para a construção de 29 ativos, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Data de Assinatura	Fornecedor	Em 31 de dezembro de 2014	
			Contratado (Em USD)	Pago (Em USD)
Arpoador Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	568.195.025
Copacabana Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	386.036.316
Grumari Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	319.994.609
Ipanema Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	243.308.668
Leblon Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	195.990.327
Leme Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	195.832.538
Marambaia Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	193.756.430
Urca Drilling B.V.	16/12/2011	Fernavale Pte. Ltd.	809.288.000	539.008.931
Guarapari Drilling B.V.	03/02/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	486.738.249
Cassino Drilling B.V.	09/03/2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	398.587.043
Curumim Drilling B.V.	09/03/2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	232.223.715
Salinas Drilling B.V.	09/03/2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	175.506.687
Botinas Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	83.454.992
Bracuhy Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	251.340.103
Frade Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	361.837.788
Mangaratiba Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	83.464.431
Portogalo Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	83.764.431
Camburi Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	247.735.759
Itaoca Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	171.327.944
Itaunas Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	156.743.051
Sahy Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	130.077.392
Siri Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	132.752.446
Boipeba Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	169.202.502
Comandatuba Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	60.708.291
Interlagos Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	81.492.127
Itapema Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	60.709.801
Ondina Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	486.707.198
Pituba Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	253.634.016
Joatinga Drilling B.V.	28/11/2012	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	192.376.051
			22.236.011.190	6.942.506.859

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Contrato de Gerenciamento e Supervisão de Construção - *Construction Management Agreement* ("CMA")

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção de sondas. Este contrato tem como objetivo o acompanhamento dos contratos de EPC, para mitigar/monitorar o cronograma das obras e garantir o cumprimento das especificações contratualmente acordadas. Para atingir o sucesso pleno, os contratados são responsáveis por disponibilizar profissionais qualificados e experientes conforme necessário para a execução das suas obrigações decorrentes do acordo.

			Em 31 de dezembro de 2014	
Controlada	Fornecedor	Data de assinatura	Contratado (Em USD)	Pago (Em USD)
Arpoador Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	2.888.833
Copacabana Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	5.240.468
Grumari Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	3.924.873
Ipanema Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	2.492.721
Leblon Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	1.264.669
Leme Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	0
Marambaia Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	0
Boipeba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	3.082.315
Botinas Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.389.234
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.477
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.347
	Petrobras	17.06.2013	16.843.244	0
Bracuhu Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	4.494.739
Camburi Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.773.331
	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	4.909.088
Cassino Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	8.507.524
Comandatuba Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.956.702
	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	0
Curumim Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	6.616.963
Frade Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.079.006
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	5.832.522
Guarapari Drilling B.V.	Odfjell Galvão	02.01.2013	22.092.912	7.521.453
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	5.572.479
Interlagos Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	328.804
Itaoca Drilling B.V.	Odfjell Galvão	02.01.2013	22.092.912	7.060.681
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	3.789.018
Itapema Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.956.702
	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	0
Itaunas Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.307.359
	Petrobras	02.01.2013	14.185.044	1.641.058
Mangaratiba Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	0
Ondina Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	6.977.817
Pituba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	5.493.176
Portogalo Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás -	01.01.2013	7.711.965	2.458.231

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Fornecedor	Data de assinatura	Em 31 de dezembro de 2014	
			Contratado (Em USD)	Pago (Em USD)
	QOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.079.006
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	1.947.476
Sahy Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.027.775
	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	0
Salinas Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	4.302.772
Siri Drilling B.V.	Odffjell Galvão	02.01.2013	22.092.912	6.721.993
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	0
Urca Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	8.165.530
			828.656.778	203.089.074

(b) Contrato de afretamento das sondas

As controladas possuem contratos de afretamento com a Petrobras com prazos entre 20 anos (para duas sondas), 15 anos (para 21 sondas) e 10 anos (para cinco sondas), com possibilidade de renovação por mais 5 a 10 anos, e com prazos de entrega das sondas para a Petrobras entre 2015 a 2020.

Controlada	Data de assinatura	Prazo
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Gumari Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Urca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Guarapari Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Cassino Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Curumim Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Salinas Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Botinas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Bracuhy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Frade Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Mangaratiba Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Portogalo Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Camburi Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaoca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaunas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Sahy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Siri Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Boipeba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Comandatuba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Interlagos Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Itapema Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Ondina Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Pituba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Eventos subsequentes

(a) "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em março de 2014, a Polícia Federal ("PF") iniciou uma investigação – denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros.

Em conexão com as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), Sr. Pedro José Barusco Filho, ex-diretor de Operações da Sete Brasil, teve mandado de prisão emitido pelo MPF, em novembro de 2014, por suspeitas de organização criminosa e corrupção passiva, entre outros crimes, relacionados ao período em que foi Gerente Executivo na Petrobras.

O ex-diretor solicitou seu desligamento da Companhia em setembro de 2013, por motivos de saúde.

Em 5 de fevereiro de 2015, a Administração da Sete Brasil tomou conhecimento dos depoimentos prestados no âmbito do acordo de colaboração premiada de Sr. Barusco. Nestes depoimentos, o ex-diretor afirma que determinadas empresas contratadas como fornecedores da Companhia, teriam usado recursos recebidos em decorrência da execução dos contratos com a Sete Brasil para efetuar pagamentos indevidos a partidos políticos, funcionários da Petrobras e, também, a outros ex-executivos da Sete Brasil. Ainda, segundo os depoimentos, o propósito do esquema teria sido o de levar esses contratos de construção das sondas para estaleiros específicos, sem conhecimento do Conselho de Administração e dos acionistas da Companhia. O depoente também citou o período de tempo em que o dito "esquema" operou e afirmou que "havia uma combinação do pagamento de 1% de propina para os contratos firmados entre a Sete Brasil e cada um dos estaleiros...".

Quando da divulgação das demonstrações financeiras anuais de 2013, não haviam alegações ou evidências disponíveis acerca dos fatos acima que pudessem ter afetado as conclusões da Administração sobre as mesmas. Tais alegações ou evidências tampouco existiam quando da preparação e emissão das demonstrações financeiras intermediárias dos trimestres de 2014.

Com o compromisso de transparência e conduta ética, a Companhia e seus administradores envidaram todos os esforços para (i) obter maior conhecimento dos fatos através de investigações e avaliações independentes conduzidas por escritórios de advocacia e consultorias contratadas; (ii) avaliar a necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; e (iii) apurar possíveis ajustes nas demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações tomadas pela Companhia com relação a essas questões são abordadas nos tópicos apresentados a seguir:

a.1 Aprofundamento das investigações em curso

A Companhia realizou uma série de ações com o intuito de contribuir para a apuração de quaisquer eventuais irregularidades envolvendo seus negócios, entre elas:

- a) contratação dos assessores jurídicos externos Veirano Advogados e Clifford Chance LLP, com o objetivo de avaliar, sob a perspectiva das leis brasileira e de Nova York:
 - i) a legalidade dos procedimentos licitatórios promovidos pela Petrobras e da participação da Companhia nos mesmos e que culminaram com a celebração dos contratos de construção das sondas (EPCs), afretamento e serviços de operação das sondas; e
 - ii) a validade jurídica dos contratos de EPC, afretamento, serviços e dos contratos de fiscalização da construção (CMAs).
- b) contratação da Veirano Advogados, mais especificamente sua área de *forensics*, para conduzir uma investigação específica sobre as correspondências eletrônicas internas e arquivos eletrônicos da Companhia, como também, efetuar entrevistas com funcionários e executivos da Companhia;
- c) contratação de empresa de consultoria especializada com objetivo de realizar uma avaliação abrangente do cumprimento dos contratos de EPC desde o início das obras até o final do exercício de 2014o ano corrente;
- d) contratação da empresa Kroll Associates Brasil Ltda. para conduzir investigação sobre o processo de contratação de seguros da Companhia para os ativos que estão em construção;
- e) contratação da empresa especializada em avaliação de plataformas, como o objetivo de obter conforto sobre o valor do custo contratado nas licitações para a construção das plataformas quando comparado a similares no mercado, considerando as especificidades técnicas e das normas brasileiras de conteúdo local;
- f) análise da aplicação de sanções contra as empresas contratadas e fornecedores, bem como contra os ex-diretores, mencionados nos depoimentos que foram tornados públicos; e
- g) caso demandado, atendimento sistemático e cooperação com o Ministério Público Federal, Poder Judiciário e demais autoridades brasileiras.

Esses trabalhos foram conduzidos sob a orientação e supervisão do Comitê de Auditoria da Companhia. Os resultados dessas investigações, conforme relatórios emitidos pelas entidades acima mencionadas, levaram a Administração a concluir que nada indica que os seus contratos vigentes não foram pactuados observando os termos e condições usualmente praticados pelo mercado neste tipo de operação ou que ocorreram violações a leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita.

Adicionalmente, a Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos estão avaliando a tomada das medidas jurídicas necessárias, principalmente relacionadas aos danos causados à sua imagem e suas operações.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.2 Medidas para o aprimoramento da governança e dos controles internos

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Sete Brasil não toleram quaisquer atos ilegais por parte de seus colaboradores e, dessa forma, independentemente das investigações relacionadas à Operação Lava Jato, a Companhia vem elaborando e implementando, desde 2013, um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos, devidamente documentadas em Atas da Diretoria e do Conselho de Administração, que estipulam os procedimentos, métodos, competências e demais instruções que cristalizam essas ações nas práticas da Companhia.

Como resultado desses esforços, a Companhia desenvolveu as seguintes iniciativas no sentido de melhoria do seu sistema de governança corporativa:

- a) aprovação, pelo Conselho de Administração, em 29 de abril de 2013, das estruturas das áreas de Controles Internos e de Riscos Corporativos;
- b) aprovação da estrutura da Auditoria Interna em 30 de outubro de 2013, que foi implementada em março de 2014, com o objetivo de desenvolver um plano de ação que auxilie a Companhia na execução de seu plano de negócios adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar suas operações e resultados. É uma atividade independente da administração, com subordinação direta ao Conselho de Administração;
- c) A partir de agosto de 2014, a área de Riscos e Controles Internos passou a trabalhar de forma integrada para identificar e avaliar os riscos operacionais e corporativos, buscando maior sinergia na análise e na implementação dos controles;
- d) O Código de Ética foi revisto e relançado em junho de 2014. Esta nova versão é divulgada rotineiramente em conjunto com a realização de ações de treinamento sobre pontos importantes do seu conteúdo. São reforçadas ações junto aos colaboradores sobre a importância do atendimento à ética e melhores práticas de gestão, através do fortalecimento da cultura da organização em termos de controles internos e compliance; e
- e) A partir de janeiro de 2015, fortaleceu-se o processo independente de Ouvidoria, que contempla o Canal de Denúncias, importante ferramenta contra fraudes e irregularidades dentro da Companhia, que passou a ser conduzido de forma independente por uma empresa de consultoria especializada, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria;

A Companhia avalia continuamente seus controles internos, incluindo aqueles inerentes ao processo de elaboração das demonstrações contábeis, e eventuais necessidades de aprimoramento no seu ambiente de controle serão implementadas.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.3 Avaliações sobre ajuste do ativo imobilizado

A seguir são abordados os aspectos relacionados à conclusão da Administração quanto à adequação dos valores de determinados ativos imobilizados.

Considerando o porte do empreendimento (contratos para construção de 29 sondas), as negociações para a contratação dos estaleiros foram efetuadas considerando a capacidade física de atendimento de cada estaleiro, a competência técnica dos respectivos parceiros internacionais, e os custos de construção das sondas vis-a-vis os valores de *daily-rates* ofertados pela Sete Brasil nas licitações junto à Petrobras. Este modelo de negócios restringe, na opinião da Administração a oportunidade para risco de majoração dos preços de construção das plataformas em decorrência de eventuais pagamentos indevidos, como alegado pelo Sr. Barusco.

A Administração da Companhia possui evidências que os recursos investidos retratam exatamente o cronograma do plano de construção dos ativos e que tais contratos foram pactuados dentro de preços aceitáveis para uma iniciativa singular no mercado naval brasileiro, contemplando as questões estratégicas das normas de conteúdo local, apoiado nos trabalhos efetuados por consultoria especializada independente.

Nos termos da chamada "colaboração premiada", o Sr. Barusco afirmou que a Sete Brasil participou do processo licitatório, junto à Petrobras, dentro de todos os requerimentos legais exigidos, afirmação esta consistente com o resultado dos trabalhos realizados pelos advogados externos contratados conforme especificado no item a.1 acima.

É impraticável identificar pagamentos especificamente relacionados a tais formas de má conduta, haja vista que as alegações indicam que estes pagamentos teriam sido efetuados diretamente por contratadas e fornecedores externos da Companhia e não podem ser rastreados nos registros contábeis da Companhia. As registros contábeis da Companhia refletem a integralidade dos pagamentos feitos aos fornecedores nas bases contratuais acordadas. Os pagamentos efetuados pela Companhia foram corretamente registrados como custo de ativos imobilizados, em consequência do acompanhamento do avanço dos contratos de EPC, pactuados sob modelo de *turn key, lump sum*. Em 31 de dezembro de 2014, a totalidade desses ativos encontrava-se em construção, portanto, sem depreciação acumulada.

Adicionalmente, os valores contábeis dos ativos não possuem indicativo de perdas por *impairment*, uma vez que seus valores de recuperação estão garantidos pelos contratos de afretamento firmados com a Petrobras e que apresentam, quando da conclusão das construções e entrada em operação dos ativos, valores recuperáveis superiores aos valores contábeis destes ativos.

Diante das circunstâncias descritas acima, a Companhia acredita que não há qualquer indicio ou propósito de negócios relacionados a atos ilícitos perpetrados por terceiros e citados por seu ex-diretor e que não houve erros em suas demonstrações financeiras divulgadas até então. .

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Integralização de capital

No dia 09 de janeiro de 2015, a Companhia recebeu uma nova integralização de capital de R\$ 1.883.000, sendo R\$ 94.150 via Petrobras S.A. e R\$1.788.850 via FIP Sondas. Desta forma, a Companhia conclui a integralização das novas ações emitidas em assembléia geral extraordinária realizada em 11 de setembro de 2014. Sendo assim o total de capital social da Companhia na data de aprovação destas demonstrações financeiras é de R\$ 8.251.500.

(c) Liquidação empréstimo ponte

Considerando a movimentação da variação cambial ocorrida nos últimos meses, a Companhia, em 14 de janeiro de 2015, optou por quitar a dívida tomada através de sua controlada Sete Internetional One, no montante de USD 560.000.

(d) Rolagem da primeira linha de financiamento de curto prazo

Em 18 de fevereiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do primeiro empréstimo ponte para duas das cinco SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Copacabana e Grumari. Em 20 de fevereiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do primeiro empréstimo ponte para as demais SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Ipanema, Leblon e Leme. O novo prazo de vencimento está em negociação junto aos bancos.

(e) Rolagem da segunda linha de financiamento de curto prazo

Em 21 de janeiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do segundo empréstimo ponte para sete das quatorze SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Arpoador, Urca, Frade, Guarapari, Ondina, Camburi e Cassino. O novo prazo de vencimento está em negociação junto aos bancos.

(f) Rolagem da quarta linha de financiamento de curto prazo

Em 10 de março de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do quarto empréstimo ponte para as sete SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Comandatuba, Interlagos, Sahy, Marambaia, Itaunas, Siri e Itapema. O novo prazo de vencimento está em negociação junto aos bancos.

(g) Rolagem da sexta linha de financiamento de curto prazo

Em 29 de janeiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do financiamento de curto prazo denominado "Empréstimo Ponte 6" através da Sete Investimentos 1. O novo prazo de vencimento pactuado é 28 de abril de 2015.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Quinta linha de financiamento de curto prazo – Standard Chartered

No dia 4 de março de 2015, a controlada Joatinga recebeu a notificação de "default" referente ao "Empréstimo Ponte 5" junto ao credor Standard Chartered. Como consequência do não pagamento no vencimento em 21 de janeiro de 2015, o Agente Administrativo declara vencidos e exigíveis todos os valores e obrigações pendentes relacionados aos documentos do financiamento.

No dia 12 de março de 2015, a controlada Jotinga foi informada que o Standard Chartered Bank encaminhou, através de notificação, a solicitação de pagamento pelo FGCN, em função do não pagamento de empréstimo-ponte vencido, o que inicia formalmente o processo de execução da garantia do FGCN. Esse é um procedimento necessário para preservar o direito do banco de receber a garantia.

Pelo regulamento do fundo, o FGCN tem 30 dias úteis, a partir do recebimento de tal notificação, para realizar diligência sobre os fatos e notificar o devedor estabelecendo prazo para manifestação ou regularização.

Considerando que atualmente todos os esforços estão sendo envidados na busca de uma solução de longo prazo para a Sete Brasil que atenda aos interesses de todas as partes, incluindo esses bancos credores, a companhia entende que tal situação pode ser revertida através das negociações atualmente em curso.

* * *